

Favelados querem maior atenção das autoridades

AJ 22522

Texto: Cláudia-Feliz

Passado o estágio de consternação da população em relação aos flagelados do Sul do país — que resultou numa ampla campanha de donativos enviados para as regiões atingidas pelas enchentes — as famílias carentes instaladas na periferia da Grande Vitória passaram também a solicitar maior atenção, não só dos órgãos governamentais, como também de entidades filantrópicas. Independente das discussões acerca da ineficácia (e há quem diga, malefício) de atitudes assistencialistas, através da doação de alimentos, por exemplo, duas comunidades, São Pedro, em Vitória, e Santa Rita, em Vila Velha, admitem que, enquanto as ações mais concretas não chegam, a fome e a miséria de diversas famílias não podem ser esquecidas. Uma campanha em favor dos nossos "flagelados" seria eficiente? As lideranças dos dois bairros acham que a idéia deve ser amplamente discutida, antes de executada.



A miséria é quase absoluta



Rita: ajuda é insuficiente



São Pedro e Santa Rita reivindicam ações concretas

Os bairros de São Pedro, em Vitória, e Santa Rita, em Vila Velha, são conhecidos por seus problemas estruturais e pela condição de miséria quase absoluta em que vive a maioria de seus moradores. As duas comunidades, no entanto, praticamente não são atendidas em suas reivindicações, no que diz respeito às suas necessidades mais prementes, como empregos e alimentação, principalmente. Os representantes dos movimentos comunitários dos dois bairros, respectivamente Graça Andreatta e Arlindo Antônio Zanon, são unânimes em assegurar que só o assistencialismo não é suficiente para a resolução dos problemas verificadas nas duas localidades. Mas, por outro lado, argumentam que órgãos do governo e entidades filantrópicas podem relegar ao esquecimento as famílias ali radicadas.

Arlindo Zanon assegura que o povo de Santa Rita, um aglomerado onde, estima-se, residem cinco mil famílias, população, segundo ele, constituída por 85% de desempregados, está esquecido. "Ele vive e é tímido, em péssimas condições. A Sebes, para não se dizer que não ajudou, deu-nos este ano Cr\$ 45 mil para o movimento comunitário. E foi só. A LBA distribui leite para 550 crianças de 6 meses a 5 anos, num total de 960 quilos no mês. Necessários seriam cinco mil quilos de leite. A Ucis? Ninguém da entidade, pelo menos este ano, passou por aqui".

A SOLUÇÃO DE HOJE

Graça Andreatta, membro da comissão de educação de São Pedro, por sua vez, faz questão de assegurar: "Com o fornecimento de donativos, não haverá solução dos problemas como um todo. Mas se resolve o hoje, pelo menos". Ela acredita que a solução viria mesmo com a abertura de empregos na própria comunidade, onde residem mais de 20 mil pessoas. "Nós, de São Pedro, temos as nossas prioridades já traçadas, sabemos o que queremos. Nossa realidade, conhecemos a fundo — numa reunião realizada na comunidade há três semanas, das 500 pessoas presentes, 350 estavam desempregadas", argumentou.

Por outro lado, há a questão das necessidades do momento da população. Graça cita, por exemplo, o grande número de pedidos enviados à LBA para que o órgão instale em São Pedro um posto de distribuição de leite. "Ninguém pode negar que aqui há muitas famílias com fome, e o leite seria para nós de grande importância. A Ucis nunca nos ajudou e a Sebes, através de seu secretário, atua somente como intermediária na solução de um problema de terra, na área de São Pedro V. E é só".

No que diz respeito à participação de entidades filantrópicas no auxílio, tanto Graça como Arlindo concordam





para o órgão instale em São Pedro um posto de distribuição de leite. "Ninguém pode negar que aqui há muitas famílias com fome, e o leite seria para nós de grande importância. A Ucis nunca nos ajudou e a Sebes, através de seu secretário, atua somente como intermediária na solução de um problema de terra, na área de São Pedro V. E é só".

No que diz respeito à participação de entidades filantrópicas no auxílio, tanto Graça como Arlindo concordam que elas teriam papel importante na orientação das comunidades. José Garibaldi, da Cruz Vermelha, entidade que coordenou a campanha de arrecadação de doativos para os flagelados do Sul, foi taxativo ao afirmar: "Cabe ao governo resolver os problemas das comunidades, assistindo as famílias desprovidas de recursos". Ele argumenta que o assistencialismo, através da doação de alimentos, por exemplo, "cria vícios" e, por isso mesmo, sua entidade se limita a dar orientação e atendimento médico somente. Atualmente, a Cruz Vermelha desenvolve uma campanha de doação de córneas e contra a hipertensão arterial, no Bairro de Fátima, na Serra.

A Fundação Rotariana da Grande Vitória, por sua vez, assegura que sua participação nesse setor não pode ser mais ampliada, a nível individual, porque este ano a entidade distribuiu Cr\$ 1,5 milhão entre entidades assistenciais. Arlindo Zanoni acha que se as entidades — a exemplo do que fizeram em favor do Sul — se voltassem para as famílias pobres da Grande Vitória as beneficiariam muito. Graça e Andreatta, porém, vêem necessidade de uma discussão mais ampla sobre uma campanha desse nível, fato que Rita Camata confessa já ter sido pensado, até mesmo pela Ucis, que acabou não concluindo sua discussão sobre essa questão.

Rita não tem opinião formada sobre a campanha, e Graça lembra que por ocasião da divulgação do caso do menino Israel Alves dos Santos, quem em junho chegou às páginas de A GAZETA devido ao seu estado de inanição — era mais um entre as várias crianças que ali convivem com a fome, sistematicamente —, foram muitas as manifestações de solidariedade da comunidade. "Mandaram-nos alimentos, que, logicamente, não deram para todos, além de roupas. E nós fizemos a distribuição", conta ela. Passado o impacto da notícia sobre a criança que morria de fome, nada mais chegou a São Pedro. "Nós não queremos assistencialismo" — frisou Graça —, "mas se quiserem nos enviar doativos, certamente não nos negaremos a recebê-los".

Há uma semana, por ocasião do encerramento do envio de doativos ao Sul do país, a Cruz Vermelha distribuiu roupas para aproximadamente 1.500 pessoas. Depois disso, mesmo com alimentos estocados, a entidade se negou a doar o restante para cerca de 15 pessoas que se dirigiram à sua sede, na Praia do Canto, na última segunda-feira. Eram mulheres, em sua maioria, vindas de Sossego, na Serra, de São Pedro e até de Santa Rita. Garibaldi não cedeu, reafirmando que não cabia à Cruz Vermelha tal tarefa. Mas as mulheres, fazendo questão de dizer que também estavam solidárias com os flagelados das enchentes, expressavam seu descontentamento, ao frisar: "A campanha acabou, os flagelados foram ajudados. Agora somos nós os necessitados. Somos nós que precisamos de ajuda".

Famílias carentes pedem campanha de ajuda como a que foi feita para o Sul, enquanto não há soluções efetivas

Periferia se diz esquecida

População da periferia reclama maior assistência

Isolada na periferia da Grande Vitória, uma parcela significativa da população capixaba se diz esquecida de ações concretas que possam aliviar, pelo menos em parte, seu sofrimento diário. Entidades oficiais, como a Unidade Comunitária de Integração Social (Ucis) e a Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes), se dizem preocupadas em buscar soluções mais amplas para o problema — a partir do aprofundamento das discussões em torno das causas do flagelo constante vivido pela população carente. Mas, enquanto as soluções não vêm, essa mesma população clama por qualquer tipo de ajuda, mesmo que seja simples assistencialismo.

O fato é que essas pessoas, impossibilitadas de gerar recursos próprios para seu sustento diário — uma vez que fazem parte, em sua maioria, de enorme parcela de desempregados do país — declaram-se sem condições de esperar pelas conclusões dos estudos e levantamentos, pela implantação dos grandes projetos. Paralelamente ao cumprimento dessas medidas mais efetivas, famílias carentes alegam que há necessidade de ajuda "aqui e agora". Assistencialismo? Sim, mas claro, não indefinidamente.

IMEDIATISMO

A presidente da Ucis, Rita Camata, é uma das que criticam o assistencialismo que a própria entidade vem desenvolvendo ao longo dos seus 11 anos de atividade. "Eu não pretendia levar a efeito esse tipo de trabalho. Meu objetivo inicial era a promoção do homem, mas me vi esbarrada nas dificuldades que o país e o Estado, consequentemente, atravessam. A curto prazo, não há solução, porque a causa é uma somente: falta de emprego, e a nossa clientela, é em sua maioria, desempregada", diz ela. Rita afirma que a maior preocupação da Ucis refere-se ao desenvolvimento de um trabalho junto às comunidades periféricas e do interior, "no sentido de que os problemas surgidos sejam estudados e, dentro do possível, resolvidos pela própria população".

Esse trabalho, segundo ela, foi iniciado há poucas semanas, quando uma técnica da entidade visitou o município de Conceição do Castelo, onde manteve um encontro com representantes distritais, ouvindo suas reivindicações. Lá, ficou decidido que a comunidade deseja três quadras de futebol e mil metros de encanamento que poderá levar água até a Igreja Matriz. "Nós vamos trabalhar no interior, efetivamente, a partir do ano que vem, transformando a Ucis numa entidade de apoio e luta junto aos demais órgãos governamentais", diz Rita Camata.

Tudo isso são planos que a presidente da Ucis pretende concretizar até o fim da sua gestão. Momentaneamente, porém, o que a Ucis tem conseguido fazer, de forma insuficiente, é o assistencialismo.

puro e simples. Diariamente, dezenas de pessoas carentes chegam à sede da entidade, solicitando ajudas das mais diversas: dos remédios às tábuas destinadas à construção de barracos. A própria Rita admite que a ajuda é insuficiente, uma vez que os pedidos de emprego, que já preenchem vários cartões de arquivo, nem sempre podem ser atendidos. "A gente consegue algumas colocações mais a nível de emprego domésticos e biscoitos", afirma ela.

Rita Camata, aliás, defende a criação de uma campanha ampla, junto ao empresariado, para que se dê prioridade ao homem ocioso, em substituição às máquinas. Desta forma, ela acredita que o problema das populações carentes estaria parcialmente resolvido. Mas, enquanto a situação atual perdura (o próprio Serviço Nacional de Emprego — Sine —, através do seu escritório regional, está estudando formas de ir até os bairros para dizer que não existe disponibilidade de empregos, ou que está muito difícil conseguir uma vaga), resta à Ucis tentar dar prosseguimento ao atendimento das solicitações diárias.

GRANDE DEMANDA

Nestes quatro primeiros meses de atuação frente à entidade, Rita Camata, além de manter diálogos juntos às comunidades, necessários à discussão e posterior solução de suas possíveis reivindicações —, conseguiu registrar mais de 900 pedidos, indeferindo 25 processos somente. No que diz respeito à habitação, 86 famílias foram atendidas pela Ucis com madeira e eternit (momentaneamente, segundo a presidente, falta madeira para doação) e restam ainda 116 processos do gênero em andamento. Oito famílias foram encaminhadas ao Programa de Atendimento a Famílias Desabrigadas (Profades), o mesmo número à Cohab — ES e duas pessoas foram atendidas com móveis e utensílios.

A Ucis também forneceu medicamentos a 53 pessoas e encaminhou 11 a outras entidades; atendeu, com próteses e órteses, 12 pessoas, mandou três a outros órgãos e possui oito processos em andamento, nesse sentido. No que diz respeito a tratamento médico, a entidade assistiu 14 e estuda o caso de três, atualmente; em relação à ajuda alimentar, enviou \$5 pessoas aos postos de saúde, que desenvolvem um programa junto ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), atendendo crianças de 0 a 6 anos, devidamente cadastradas. Forneceu ainda instrumental de trabalho (para pedreiros e encanadores, por exemplo) a seis pessoas; encaminhou 83 a empresas e outros órgãos, visando colocá-las no mercado de trabalho, e mais 71 ao Sine, com o mesmo objetivo. A cento e noventa e sete pessoas a entidade forneceu verba para transporte (140 delas deslocaram-se na Grande Vitória com tal ajuda). A Ucis atendeu entidades sociais, em 10 pedidos referentes a equipamentos, material de construção etc. Registrou 21 atendimentos diversos e indeferiu 25 pedidos.

O secretário do Bem-Estar Social, Néelson Aguiar, faz questão de frisar que está desestimulando o assistencialismo em sua secretaria. Mas chega a frisar que, devido à grande demanda de solicitações de ajuda, frequentemente dirigidas ao órgão, até mesmo cotinhas entre funcionários são feitas. "Por várias vezes já forneci dinheiro do meu bolso, em ocasiões em que faltaram recursos do cofre estadual", diz Aguiar, que assegura ainda que a solução para o problema está na

terra. "É preciso executar uma política na área rural, de acesso à terra", argumenta.

Segundo ele, as preocupações da Sebas se voltam para o problema da carência sob dois aspectos: o primeiro, que resulta na fome e requer solução imediata, assistencialista. Aguiar frisa que esta questão é consequência de problemas estruturais que existem no país e cuja solução depende de mudanças profundas na condução das ações públicas. "Em segundo lugar vem a necessidade de se colocar em prática uma política de governo que vise a abolir essas estruturas. Caso contrário, justificaremos sempre o caráter assistencialista".

Nesse sentido, Néelson Aguiar assegura que a Cohab-ES, por exemplo, deverá adotar novas diretrizes de trabalho a partir de agora, voltando-se para a população carente, através de projetos a custos mais baixos. "Enviei sugestões ao órgão, como, por exemplo, a implantação do lote urbanizado, de uma indústria de construção de barracos modelados, etc. Tem que ser adotada uma forma mais acessível para esse povo todo ter sua moradia", diz Aguiar, que é também autor da ideia de implantação dos lotes — sítios, ainda não aprovada a nível federal.

Mais uma vez, então, fica evidenciado que, enquanto aguarda por medidas que a beneficiem mais

efetivamente, a população carente não pode ficar sem assistência momentaneamente. Por isso, mesmo, a Sebes possui um plantão diário de atendimento à chamada população de baixa renda (na maioria dos casos, no entanto, ela nem mesmo tem renda fixa). Ali, de janeiro a junho deste ano, foram registrados já haviam sido feitos. Mas por mais paradoxal que possa parecer, o plantão, cujo objetivo é dar assistência emergencial, não recebeu nenhuma verba até agora. De acordo com a assistente social Agma Lúcia Santana, o chamado rancho (alimentos suficientes para suprir as necessidades de uma família por dias somente) só pode ser fornecido durante 15 dias, há dois meses.

"Nós temos, hoje, uma caixa de óleo de soja e distribuímos, dependendo da necessidade do cliente, uma lata. O rancho que distribuímos nos foi doado pela comunidade. Sem verba, é impossível dar atendimento assistencialista". Ela faz questão de frisar que todas as pessoas que procuram o serviço são devidamente orientados e esclarecidos sobre seu caráter emergencial. A maioria dos clientes é constituída por mulheres e o plantão funciona também como uma espécie de bolsa de emprego. Consultado sobre a falta de verba, Néelson Aguiar frisou que tal fato não existia. Depois, explicou que, realmente, a verba do Ministério do Interior ainda não chegou, e voltou a afirmar: "Estamos diminuindo o assistencialismo. Já bastam a Ucis e a LBA".

